

Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV

Vanda Lourenço

Resumo: O túmulo de Lopo Fernandes Pacheco encontra-se abundantemente estudado por vários autores. No entanto, pouco se sabe sobre esta personagem que ocupou uma posição de grande destaque na corte do rei D. Afonso IV (1325-1357). Não descurando os estudos já realizados ao seu túmulo, este trabalho procura traçar o percurso deste valido régio demonstrando que a imponência do seu monumento funerário, localizado na capela de S. Cosme e S. Damião na Charola da Sé de Lisboa, poderá ser uma consequência da importância deste senhor que foi, talvez, a mais importante personagem do reinado de D. Afonso IV.

Palavras-chave: nobreza, Portugal, século XIV, Lopo Fernandes Pacheco. Linhagem, corte, património.

Summary: The Lopo Fernandes Pacheco gothic tomb, located inside Lisbon's Cathedral in S. Cosme e S. Damião Chapel, has been attracted the attention of many authors. Nevertheless few things are known about this man, who fills a prominence position in the D. Afonso IV royal's court (1325-1357). The present work looks to draw the course followed by this royal vassal without neglecting the studies dedicated to the tomb itself. The magnificence of this funerary monument reveals the importance of this man that could be considered the most important personage under the reign of D. Afonso IV. Keyword: noblesse, Portugal, XIV century, Lopo Fernandes Pacheco, lineage, court, property

Este trabalho que agora publicamos¹ procura dar a conhecer um pouco mais do percurso de Lopo Fernandes Pacheco, de quem muito se escreve sobre o seu belo túmulo localizado na capela de S. Cosme e S. Damião na Charola da Sé de Lisboa², mas que muito pouco se tem escrito sobre o seu património, a composição dos seus servidores e criados.

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* tem título autónomo para os Pachecos que “descenderom” de “Fernam Jeremias”³. Este cavaleiro que acompanhou o conde D. Henrique recebeu de D. Teresa o senhorio de Ferreira de Aves⁴. Apesar dos seus descendentes terem estabelecido uma ligação aos sucessivos monarcas portugueses não conseguiram alcançar uma posição relevante na corte. Talvez, por isso, as informações sobre estes senhores são muito escassas. É, assim, necessário esperar pelo quinto senhor de Ferreira, Fernão Rodrigues, avô de Lopo Fernandes, para os dados sobre esta linhagem serem mais abundantes. De salientar, que Fernão Rodrigues foi o primeiro membro da estirpe a utilizar o apelido Pacheco⁵. Devido à importância que alguns dos seus membros alcançaram, dos quais se destaca Lopo Fernandes, esta linhagem inicia a sua trajectória ascensional somente no século XIV⁶. Porém, devido a uma série de peripécias terminará a sua ascensão em Castela⁷. Muito terá contribuído para este engrandecimento o vazio social provocado pelo desaparecimento das velhas linhagens, ocorrido durante o reinado de

¹ Este texto foi apresentado numa comunicação proferida no II Seminário Aberto do Instituto de Estudos Medievais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, em Junho de 2005.

² Sobre os estudos relativos ao túmulo de Lopo Fernandes Pachecos veja nota infra n.º68.

³ *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, ed. J. Mattoso, 2 vols., Lisboa, 1980, Título 50 (doravante citado como LL).

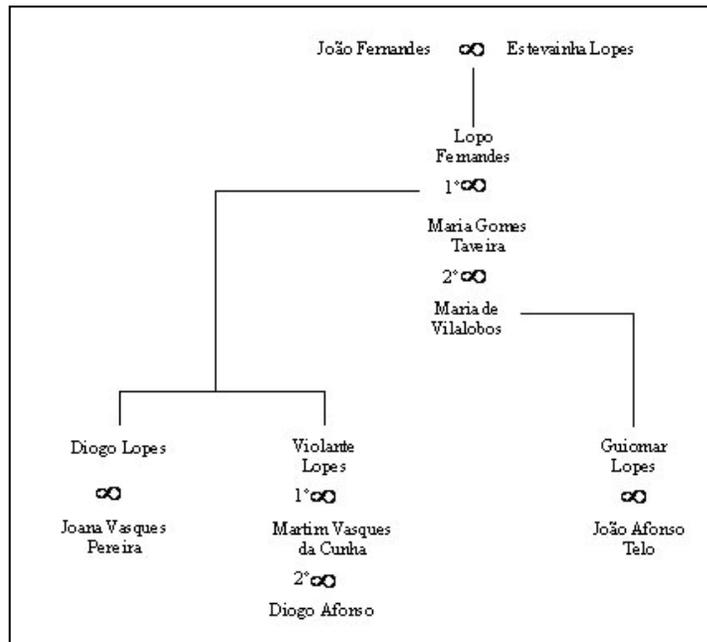
⁴ A. Franco Silva, e J. A. Garcia Lujan, “Los Pacheco. La imagen mítica de un linaje português en tierras de Castilla” in *Actas das II jornadas luso-espanholas de Historia Medieval*, vol. III, Porto, 1989, pp.954-955.

⁵ Leontina Ventura afirma que “foi desde que se estabeleceu numa terra (...), de que passou a trazer o nome, e adoptou um esquema sucessório unilinear masculino (...) que a família tomou consciência de si e da sua coerência. (...) O espaço estruturou a família, que passou a designar-se pelo nome desse espaço. (...) À apropriação do nome seguiu-se a identificação com o espaço” (L. Ventura, “Terras e julgados” in *Nova história de Portugal*, dir. de J. Serrão, e A. H. de O. Marques, vol. III – *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portugalense à crise do século XIV*, coord. por M. H. da C. Coelho A. L. de C. Homem, Lisboa, 1996, pp. 547. *Ibidem*, *A nobreza de corte de Afonso III*, vol. I, Coimbra, 1992 (dissertação de doutoramento policopiada), pp. 306-312; J. Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. I – *Oposição*, Lisboa, 2001, p. 131).

⁶ R. C. Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, 1995, p.72.

⁷ “Controlará durante cerca de cuarenta años la vida política de ese reino y, al amparo de su privanza, de su poder, creará un vasto conjunto teritorial que la convertirá en uno de los más ricos linajes de la Península Ibérica” (A. Franco Silva, e J. A. Garcia Lujan, *op. cit.*, pp. 943-944).

D. Dinis, que permitiu a irrupção de novas estirpes⁸. Assiste-se, assim, durante a centúria de Trezentos a um importante processo de substituição das velhas famílias por linhagens de uma nobreza inferior. É neste título 50 do *Livro de Linhagens* que vamos encontrar referências a Lopo Fernandes⁹. No entanto, essas menções são muito escassas. Podemos, somente, estabelecer uma sucessão genealógica [ESQUEMA GENEALÓGICO I]. No entanto, o título dos Pachecos termina referindo que Lopo Fernandes foi “ricomem e muito honrado, e feze-o el rei dom Afonso, o quarto”¹⁰.



[Esquema Genealógico I – Inserção de Lopo Fernandes Pacheco (segundo o LL)]

⁸ J. A. Pizarro, *Relações político nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos “80 fidalgos”*, sep. Da *Revista da faculdade de Letras – História*, II série, vol. XV Porto, 1998, pp. 1255-1277; *Ibidem*, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, 1999; Salvador de Moxó, “De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliária castellana en la Baja Edad Media” in *Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval*, Madrid, 2000, pp. 311-370.

⁹ LL 50^a6-7.

¹⁰ LL 50C7.

Vejam, então, quem foi este rico-homem. Lopo Fernandes, sétimo senhor de Ferreira, era filho de João Fernandes Pacheco, sexto senhor de Ferreira e de Estevainha Lopes de Paiva¹¹. Seu pai frequentou os círculos de D. Dinis, sendo porém uma figura de pouco relevo¹². Em 1327 Lopo Fernandes teria já contraído o seu primeiro matrimónio com D. Maria Gomes Taveira¹³, do qual nasceram Diogo Lopes Pacheco e Violante Lopes. No ano de 1345 encontrava-se casado com sua segunda mulher, D. Maria de Vilalobos¹⁴, neta, por parte da mãe, do rei D. Sancho IV, de Castela, avô do rei D. Afonso, XI de Castela. Deste casamento nasceu Guiomar Lopes Pacheco que casou com João Afonso Telo, 4º Conde de Barcelos¹⁵ [ESQUEMA GENEALÓGICO I].

Segundo José Mattoso durante o período da guerra civil de 1319-1324 que opusera o infante D. Afonso a seu pai, o rei D. Dinis (1279-1325), os Pachecos pertenceram ao grupo de alguns membros da nobreza que preferiram manter a neutralidade durante o conflito esperando, assim, os resultados sem querer intervir¹⁶. No entanto, consideramos que, desde muito cedo, a presença de Lopo Fernandes junto dos círculos régios é bastante assídua. Por um lado, confirma o testamento da rainha D. Isabel redigido em Coimbra no ano de 1327¹⁷ e, por outro, durante o reinado de D. Afonso IV (1325-1357) foi agraciado com os seguintes cargos: meirinho-mor¹⁸, mordomo-mor do infante D. Pedro, herdeiro do trono¹⁹; pertenceu também ao conselho do rei²⁰ e foi nomeado pelo *Bravo* como seu Embaixador nas Cortes papal, e de Castela e Aragão, onde foi, muitas vezes, a serviço do monarca²¹. Consideramos, assim, que estes dois factores são reveladores da privança que, desde muito cedo, Lopo Fernandes manteve com D. Afonso, ainda príncipe herdeiro, e que durante a

¹¹ LL 50ª6-7. Gostaríamos de referir que as fontes utilizadas são as já arroladas para um outro trabalho de maior fôlego que estamos a preparar. Muitas das afirmações feitas serão, por isso, meras hipóteses que poderão, ou não, vir a ser confirmadas com a muita documentação que nos falta ainda indagar.

¹² A. Franco Silva, e J. A. Garcia Lujan, *op. cit.*, p.958.

¹³ IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ªinc., m.11, n.º251.

¹⁴ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ªinc., m.48, Alm.34, m.9, n.º28.

¹⁵ LL 50C7.

¹⁶ Sobre esta conjuntura veja-se J. Mattoso, “A guerra civil de 1319-1324”, *Obras Completas*, vol. 8, Lisboa, 2002, pp. 217-227.

¹⁷ A. de Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a rainha Santa)*, vol. II, ed. fac-similada, Maia, 1993, p.17

¹⁸ IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ªinc., m.11, n.º251; *Gav.*21, m.10, n.º15.

¹⁹ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ªinc., m.17, n.º10.

²⁰ IAN/TT, *Gav.*18, m.5, n.º32; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol.8, p.566-575.

²¹ IAN/TT, *Gav.*18, m.5, n.º32; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol.8, p.566-575; ADF, Caja 1, n.º1, trunc. por A. Franco Silva, *op. cit.*, p.977-979.

guerra civil de 1319-1324 não deve ter tomado uma posição neutra, mas sim, de apoio às pretensões do jovem infante. Um outro exemplo de sua grande proximidade é-nos revelado na lista dos 40 nobres indicados como reféns por D. Afonso IV no tratado de ratificação de 1328 celerado com o rei D. Afonso XI de Castela, através do qual estes dois monarcas confirmaram o tratado de Agreda (1304), anteriormente estabelecido entre D. Dinis e D. Fernando IV, seus respectivos pais²². Neste documento, D. Afonso IV nomeou um grupo de fidalgos da sua máxima confiança para responderem pela alcaidaria dos castelos envolvidos no acordo diplomático, surgindo à cabeça dessa lista o nome de Lopo Fernandes Pacheco, seguido por alguns membros das mais prestigiadas linhagens do reino. Demonstração máxima da confiança que o monarca tinha neste seu vassalo é revelada na criação dos infantes D. Pedro e D. Leonor²³. Foi, também, um dos cavaleiros que acompanhou o *Bravo* e o ajudaram a vencer a batalha do Salado²⁴. Revelador de todo o prestígio e importância alcançados por este senhor é a oferta de uma rosa de ouro pelo Papa Bento XII aquando de uma visita à cúria pontifícia²⁵.

Além de todas estas funções que ocupava na corte régia Lopo Fernandes não podia descurar as obrigações para com os seus parentes mais chegados. Assim, D. Afonso IV nomeou-o

²² Sobre este tratado veja-se J. A. Pizarro, *op. cit.*, pp. 1255-1277; B. V. e Sousa, *As relações entre Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela. O contrato de confirmação de 1328*, draft, assim com a bibliografia citada por estes dois autores.

²³ ADF, Caja I. n.º1, transc. por A. Franco Silva, *op.cit.*, p.977-979.

²⁴ M. Barroca, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, vol. 2/T. II, Lisboa, 2000, p.1699. Sobre a batalha do Salado veja-se, B. V. e Sousa, “Vencer ou morrer. A batalha do Salado” in *Actas do colóquio A memória da Nação*, Lisboa, 1987, pp. 505-514; *Idem*, “O sangue, a cruz e a coroa – a memória do Salado em Portugal” in *Penélope*, 2, 1989, pp.28-48, assim como a bibliografia citada por este autor; J. G. Monteiro, “As campanhas que fizeram a história”, *Nova história militar de Portugal*, dir. de M. T. Barata, e N. S. Teixeira, vol. I, pp. 248-249;

²⁵ Lopo Fernandes Pacheco foi o primeiro português a ser distinguido com este presente papal. Até à primeira metade do século XV só D. Afonso V foi distinguido com igual gesto de um Papa. “A Rosa de Ouro era uma rosa que era benzida e consagrada pelo Papa no 4º Domingo da Quaresma, e que se documenta desde os meados do século XII. Era hábito o Papa entregar a Rosa de Ouro a uma pessoa que pretendesse distinguir e dignificar. (...). Em Portugal e de acordo com o estudo de Francisco Marques Sousa Viterbo, foram distinguidos com igual gesto [para além dos já referidos] D. Manuel (em 1506 e em 1514), D. João III (em 1525), e as Rainhas D. Catarina, D. Maria II e D. Amélia (esta em 1892)” (in M. Barroca, *op. cit.*, vol. 2/T. II, p.1709, nota n.º302). Veja-se também, F. M. S. Viterbo, “A rosa de ouro. Presentes a D. João III, à igreja de Santo António e a Lopo Fernandes Pacheco. Um túmulo monumental na Sé de Lisboa” in *Curiosidades históricas e artísticas*, Coimbra, 1919, pp.20-30; M. de Távota, “A heráldica medieval na Sé de Lisboa”, *Boletim cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3ª série, T.I, 1982, p. 161-170; M. BARROCA, *op. cit.*, vol. 2/T.II, p.1699.

tutor de seus netos Vasco, Leonor e Inês²⁶. No entanto, os cargos na corte régia, bem como a administração da sua vasta mancha patrimonial, deviam manter o senhor de Ferreira muito ocupado. Assim, porque não podia administrar como cumpria os bens de seu neto, Vasco Martins, filho de Violante Lopes e de Martim Vasques da Cunha²⁷, nomeou Lourenço Martins Buval como tutor deste seu neto²⁸. A privança deste senhor com o monarca permitiu-lhe exercer cargos militares, administrativos e cortesãos, ao mesmo tempo que ocupava a mais alta posição na hierarquia da sociedade medieval. Todos estes aspectos conjugados constituem as causas do seu prestígio e de uma crescente fortuna familiar.

Podemos, deste modo, afirmar que a sólida fortuna económica e fundiária e, ainda, a força e importância política permitiram a Lopo Fernandes deter uma proeminente posição no conjunto da nobreza do reino. De salientar, que a participação no Conselho régio, mais do que um ofício era reveladora de uma dignidade a que correspondia um determinado estatuto e um dado rendimento²⁹. Lopo Fernandes tornou-se, assim, num elemento dinâmico e poderoso da nobreza que, talvez de uma maneira directa, influenciou a orientação política do Reino. Porém, a todo este prestígio será necessário acrescentar uma riqueza material que este senhor possuía e da qual alguns membros da família real se serviram em momentos de necessidade. Deste modo, Lopo Fernandes emprestou à rainha D. Maria, mulher do infante D. Pedro de Castela, para seu mantimento, a elevada quantia de duzentas dobras de ouro³⁰. Encontramos, também, o sétimo senhor de Ferreira a frequentar os círculos das sucessivas rainhas. Assim, para além, de confirmar o testamento da rainha D. Isabel, como já referimos, foi mordomo-mor (1334-1336³¹) e chanceler (1349³²) da rainha D. Beatriz. Podemos, deste modo, afirmar que a ligação deste senhor à corte régia demonstra, claramente, uma grande aproximação e confiança não só do monarca, mas também das rainhas.

²⁶ IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.6, m.3, n.º7/2.

²⁷ LL 50B8.

²⁸ IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.6, m.3, n.º7/2.

²⁹ M. Caetano, *História do direito português. Fontes - direito público (1140-1495)*, 3ª ed., Lisboa, 1992, p.482; A. L. de C. Homem, “Conselho Real ou conselheiros do rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I” in *Portugal nos finais da Idade Média: estado, instituições, sociedade política*, Lisboa, 1990, p.16.

³⁰ IAN/TT, OSB, Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, m.1, n.º11.

³¹ IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo, m.42, n.º861; Mosteiro de Chelas, m.41, n.º914., respectivamente.

³² IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ªinc., m.17, n.º10.

Como foi já mencionado, a ascensão dos Pachecos iniciou-se, principalmente, no século XIV devido à proeminência alcançada por Lopo Fernandes. Oriundo de uma nobreza de província este senhor ascende na hierarquia nobiliárquica tornando-se, talvez, na mais importante personagem do reinado do *Bravo*. Pertencendo à corte régia, este senhor possuía a sua própria “*entourage*”³³. Em regra, a corte que acompanhava os senhores é de difícil reconstituição, talvez, porque os seus elementos se renovavam constantemente (por mudança de idade, de estatuto social, por morte, por desagrado do senhor e por muitos outros motivos). Porém, não raras vezes e, conjugando os dados dispersos, é possível reconstituir alguns desses servidores e os cargos que desempenhavam. No entanto, a exiguidade dos dados disponíveis referem-se, somente, a uma parte dos seus dependentes que surgem especificados como simples escudeiros ou criados ... [QUADRO I]. Sabemos que a corte senhorial era formada, essencialmente, pelos seus servidores privados, mas também por colaboradores laicos e religiosos que se constituíam como uma comunidade social que vivia em permanência com o senhor. Lopo Fernandes seria, assim, rodeado por um número não desprezível de homens que se encontravam ligados a si por laços de dependência pessoal. Entre aqueles que com ele conviviam diariamente, não devemos esquecer os indivíduos que o senhor de Ferreira acolhera em criança, criando-os na sua companhia como membros da sua família e seus dependentes³⁴. Podemos, também,

³³ Sobre as cortes senhoriais, veja-se M. C. A. e Cunha, e M. C. G. Pimenta, “A casa senhorial do infante D. Henrique: organização social e distribuição regional” in *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª série, 1, Porto, 1984, pp.221-284; A. H. de O. Marques, “A nobreza” in *Nova História de Portugal*, dir. de J. Serrão e A. H. de O. Marques, vol. IV – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1987, pp. 257-260; J. Marques, *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, pp.169-226; M. H. da C. Coelho, *O baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, 1989, pp.565-569; I. Beceiro Pita e R. Córdoba de la Llave, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana (siglos XII-XV)*; Madrid, 1990, pp.331-345; I. de Sousa, *Introdução ao estudo do património, da casa e da corte de D. Leonor*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e literatura*, anexo V – *Espiritualidade e corte em Portugal, séculos XVI-XVIII*, Porto, 1993, pp.23-52; L.F. Oliveira, *A casa dos Coutinhos. Linhagem, espaço e poder (1360-1452)*, Cascais, 1999; J. L. Fontes, “A casa senhorial do Infante D. Fernando”, *Media Aetas. Revista de estudos medievais*, 3/4, Ponta Delgada, 2000/2001, pp.103-139.

³⁴ Foram seus criados: Gonçalo Anes (IAN/TT, Mosteiro de Santa Ana de Coimbra, cx.1, m. 2, n.º11, Mosteiro de Chelas, m.18, n.º347); João Afonso (IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.6, m.1, n.º12/1); Lopo Esteves (IAN/TT, Mosteiro de Santos-o-Novo, m.66, n.º1331); Pedro Anes (IAN/TT, Mosteiro de Santa Ana de Coimbra, cx.2, n.º2); Pedro Rodrigues (IAN/TT, Cabido da Sé de Coimbra, 2ªinc, m.25, n.º1069 e m.29, n.º1222). Sobre a terminologia do termo criado veja-se, R. C. GOMES, *A corte dos reis (...)*, cap. III, assim como a bibliografia aí citada por esta autora.

CARGO	NOME	FONTE
Camareiro	Gil Martins	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17; Pasta 9, n.º9; e Alm.33, m.1, n.º1
Clérigo	Estevão Gomes, prior de la Mota	IAN/TT, <i>Gov.</i> 18, m.5, n.º32; <i>G.T.T.</i> , vol.8, p.566-575
	João Eanes	IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo, m.77, n.º1542
	João Romeu	
	Pedro Martins	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17, n.º7, m.48, Alm.34, m.9, n.º16; Mosteiro de Santos o Novo, m.42, n.º861, m.77, n.º1542
	Vicente Gonçalves	
Corretor	João Afonso	IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.6, m.1, n.º12A
Escrivão	Estevão Eanes	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17, Pasta 9, n.º9 e Alm.33, m.1, n.º1
Escudeiro	Aires Peres de Minho	IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.5, m.5, n.º12A
	João Eanes	IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo, m.42, n.º861
	Rui Vicente	IAN/TT, Mosteiro de Chelas, m.36, n.º702
Homem	Pedro de Lisboa	IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo, m.77, n.º1542
	Tomé Lopes	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17 e Pasta 9, n.º9 e Alm.33, m.1, n.º1
Ouvidor	Vicente Anes	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.48, Alm.34, m.9, n.º27
Procurador	Afonso Domingues	IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1 ^a inc., Docs.Part., m.31, n.º2
	Afonso Esteves, que mora em Tomar	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17, Alm.33, m.1, n.º1, Pasta 9, n.º9
	João Eugres	IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.6, m.3, n.º7/2
	Martim Lourenço	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17, n.º10
	Pedro Domingues Algoz	IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2 ^a inc., m.11, n.º251
	Pedro de Lisboa	IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo, m.77, n.º1542
Vassalo	Martim Lourenço	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m.17, n.º10
	Rui Vicente	IAN/TT, Mosteiro de Chelas, m.36, n.º702

[Quadro I – SERVIDORES DE LOPO FERNANDES PACHECO]

entrever a organização de um serviço de chancelaria que nos é sugerido pela existência do escrivão Estêvão Anes³⁵. Numa esfera ainda mais próxima do senhor de Ferreira encontramos os servidores privados relativamente aos quais registamos a menção a cinco clérigos que asseguravam a vida espiritual³⁶, bem como a um camareiro, Gil Martins³⁷. Este último ocupava um dos cargos mais relevantes ligados à vida pessoal. Ao lado das funções de índole mais doméstica documenta-se, também, uma ocupação relacionada com a administração da justiça através do ouvidor Vicente Anes que estaria encarregue de ouvir as demandas nas terras que se encontravam na posse de Lopo Fernandes³⁸. Como já referimos, Lopo Fernandes participou ao lado do rei na Batalha do Salado. Senhor de lides guerreiras tinha, também ele, ao seu serviço um número de escudeiros que deve ter sido muito superior àquele que as esporádicas referências documentais nos deixam entrever [QUADRO I]. Com certeza esse quantitativo seria suficiente para assegurar o número de lanças com que o referido senhor estava obrigado a servir o rei. Estes escudeiros encontravam-se, também, incumbidos da guarda pessoal de Lopo Fernandes, assim como da defesa da sua casa e bens³⁹. A disposição de um corpo de escudeiros era sinal de prestígio social e, não será demais repetir, que o senhor de Ferreira seria, na sua época uma das principais personalidades do reino, se não mesmo a principal. Não é raro que os escudeiros fossem encarregues de outras funções que dependiam da confiança do seu senhor. Deste grupo, apenas, Rui Vicente é referido como vassalo de Lopo Fernandes⁴⁰. De um modo geral, estes servidores não desempenhavam diferentes funções, ou seja, o que ressalta é uma ausência de polivalência dos variados ofícios em que as tarefas são muito precisas, o que nos poderá levar a supor, por um lado, que a corte senhorial de Lopo Fernandes era maior do que nos deixa entrever a documentação e, por outro, seria já ela o prelúdio de uma especialização das funções que se começam a definir nas casas senhoriais.

³⁵ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^ainc, m.17, Pasta 9, n.º9 e Alm.33, m.1, n.º1.

³⁶ IAN/TT, *Gav.*18, m.5, n.º32; *G.T.T.*, vol.8, p.566-575; Mosteiro de Santos-o-Novo, m.42, n.º861 e m.77, n.º1542; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^ainc, m.17, n.º7 e m.48, Alm.34, m.9, n.º16.

³⁷ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^ainc, m.17, Pasta 9, n.º9 e Alm.33, m.1, n.º1.

³⁸ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^ainc, m.48, Alm.34, m.9, n.º27. Sobre o ouvidor veja-se A. L. de C. HOMEM, *O desembargo régio (1320-1433)*, Porto, 1990, pp. 141-144, assim como a bibliografia aí citada por este autor.

³⁹ IAN/TT, OC, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão, g.5, m.5, n.º12/1; IAN/TT, Mosteiro de Santos-o-Novo, m.42, n.º861; IAN/TT, Mosteiro de Chelas, m.36, n.º702.

⁴⁰ IAN/TT, Mosteiro de Chelas, m.36, n.º702.

Estamos, assim, perante um vassalo régio que tinha o seu próprio grupo de vassalos perfeitamente documentados⁴¹. No entanto, desconhecemos os dados relativos à proveniência de cada um destes indivíduos⁴², assim como, o tempo durante o qual serviram Lopo Fernandes. Estabeleceu-se, deste modo, uma rede de relações sociais, expressa num conjunto de servidores e serviços que se apresentava como uma *família*, capaz de propiciar criação, educação e socialização. Assim, em torno do Senhor de Ferreira gravitava uma numerosa “criadagem” que dele recebia favores e rendimento. Aqui concentravam-se formas específicas de comportamentos sociais que transformavam a corte num veículo de identidade social.

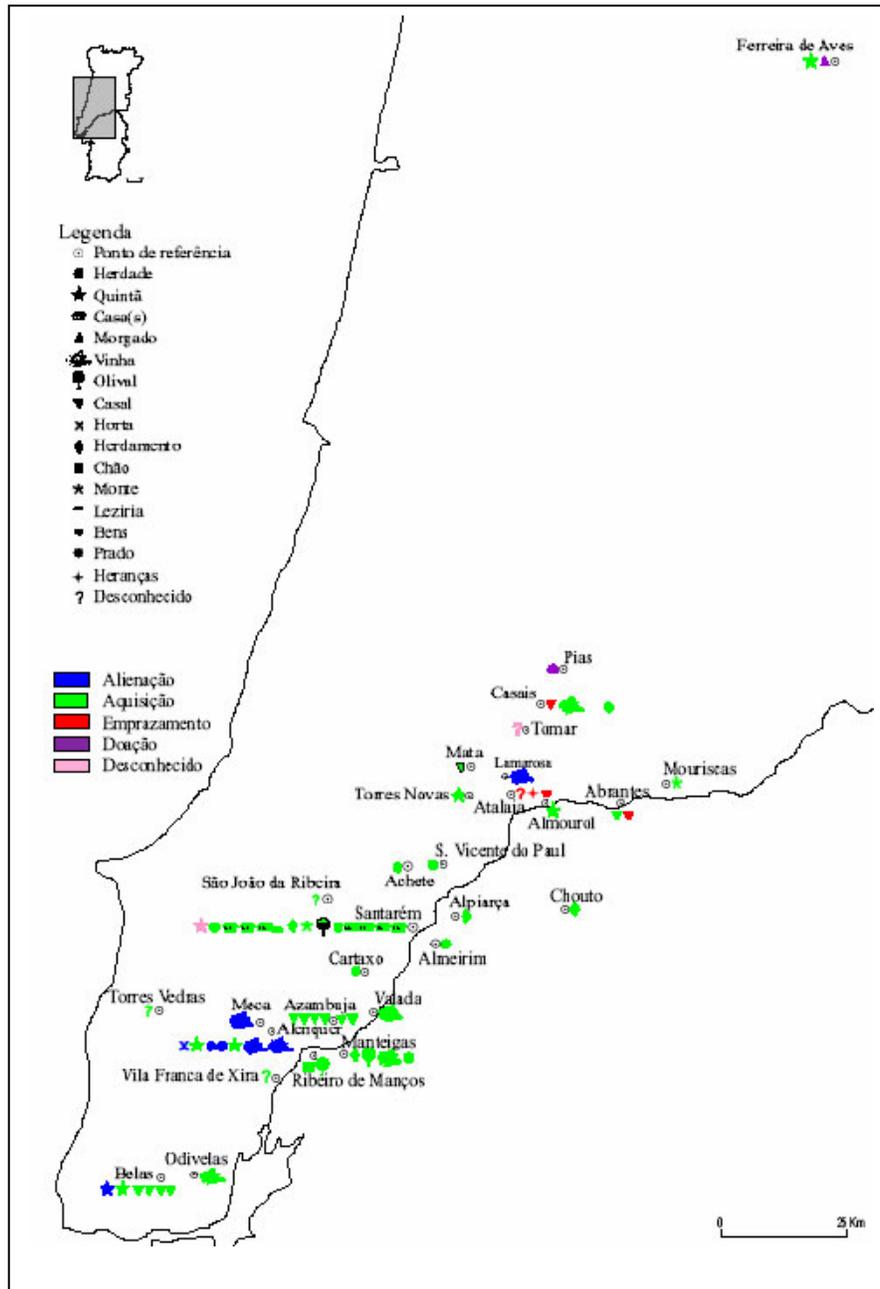
De todo este poder não podemos dissociar o vasto conjunto de bens que Lopo Fernandes detinha. Segundo José Mattoso, a partir do século XIV assiste-se à instalação de grandes solares na zona da Beira e Estremadura, levando, deste modo, a uma movimentação das famílias nobres para o Sul, ou seja, para as regiões onde predominava o regime municipal⁴³. Esta deslocação das novas linhagens pode ser entendida como uma tentativa de procurar fortuna em terras mais despovoadas. Uma primeira observação à mancha patrimonial detida por Lopo Fernandes [MAPA I] revela-nos, por um lado, uma mobilidade reduzida e, por outro, demonstra que este senhor preferiu dirigir os seus interesses para uma zona delimitada, ou seja, o curso do Rio Tejo, principalmente, na rica região agrícola de Santarém e seu termo, mas também na zona de Lisboa e seu termo. Para a escolha deste espaço muito terá contribuído a movimentação das famílias nobres para o sul do país, como já referimos, mas também, a ligação que Lopo Fernandes mantinha com a corte régia. Não podemos esquecer que a cidade escalabitana era, muitas vezes, local de longas estadas dos monarcas⁴⁴, mas também, acessível a Lisboa por via fluvial, e, não menos importante, com

⁴¹ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ªinc, m.17, n.º10. Foram eles Martim Lourenço (IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ªinc, m.17, n.º10) e Rui Vicente (IAN/TT, Mosteiro de Chelas, m.36, n.º702).

⁴² Em apenas três deles nos é indicada a sua origem geográfica: Estêvão Gomes, prior de la Mota, Pedro de Lisboa, Afonso Esteves, que mora em Tomar (IAN/TT, *Gav.*18, m.5, n.º32; Mosteiro de Santos-o-Novo, m.77, n.º1542; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ªinc, m.17, Alm.33, m.1, n.º1, respectivamente).

⁴³ J. Mattoso, “A nobreza de Entre-Douro-e-Minho na história medieval de Portugal”, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do colóquio*, Lisboa, 1975, pp. 47 e 60.

⁴⁴ Como já demonstrou Rita Costa Gomes, Santarém foi a segunda cidade onde as estadas dos reis com a sua corte revelou uma maior permanência, que não pode ser dissociada da distribuição sazonal (*A corte dos reis* (...), pp.251-254)



[Mapa I – BENS DETIDOS POR LOPO FERNANDES PACHECO]

uma posição geográfica central numa rica região agrícola, ou seja, partindo de Santarém, o monarca encontrava-se numa posição central no território do Reino. Como já o demonstrou Rita Costa Gomes, Santarém era “*a segunda localidade mais importante dos itinerários régios a curta distância de Lisboa, quer quanto ao número de visitas, quer na duração das estadas*”⁴⁵.

Não obstante a grande mancha patrimonial se localizar no centro-sul do país, encontramos bens situados em Ferreira de Aves, de onde era natural. É nesta zona que se localiza a única doação régia concedida a Lopo Fernandes sob a forma de morgado. O rei doou este senhorio pelos muitos serviços que recebeu de Lopo Fernandes Pacheco e de sua mulher, mas também pela criação dos infantes D. Pedro e D. Leonor, seus filhos, e, por outro lado, pelas embaixadas às Cortes de Roma, de Castela e de Aragão, onde o senhor de Ferreira foi, repetidas vezes, em serviço régio. Nestes domínios exercia Lopo Fernandes os seus direitos senhoriais e de jurisdição de mero e misto império, sendo a última apelação efectuada para o rei⁴⁶. Esta concessão do monarca fortaleceu e prestigiou ainda mais este senhor.

Apesar das cidades se tornarem, a partir de meados do século XIII, em centros de decisão da economia e da política dos reinos, a sua população nobre não era muito numerosa. Porém encontramos alguns exemplos de membros da aristocracia a possuir bens em urbes⁴⁷. Por regra, a maior parte dos indivíduos da nobreza detinha os seus bens de raiz fora das cidades, não impedindo que também os pudessem deter no interior das mesmas. Oriundo de uma nobreza de província Lopo Fernandes ascendeu socialmente devido à privança que estabeleceu com D. Afonso IV. Desta não deve ser dissociada a escolha geográfica para a detenção dos seus bens. Através de uma análise ao MAPA I podemos observar que a quantidade de bens adquiridos por Lopo Fernandes é muito superior aos bens alienados. A geografia das alienações localizava-se na região de Alenquer. Estas foram efectuadas através de escambos que o senhor de Ferreira realizou com o mosteiro de

⁴⁵ R. C. Gomes, *op. cit.*, p.249.

⁴⁶ ADF, Caja 1, n.º1 transc. por A. Franco Silva, *op. cit.*, p.977-979.

⁴⁷ J. Mattoso, “O contraste entre a cidade e o campo”, *História de Portugal*, dir. de J. H. SARAIVA, Lisboa, 1983, p.179 e 189.

Alcobaça⁴⁸. Podemos apontar como causa provável o facto destes bens se localizarem longe do eixo de passagem e estadia da corte régia.

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra concedeu em préstamo a Lopo Fernandes e a sua mulher, em suas vidas, bens em Santarém e seu termo como reconhecimento de toda a ajuda que sempre fizeram ao dito mosteiro⁴⁹ [MAPA I]. Porém, após a morte de Lopo Fernandes o cenóbio entra em litígio com D. Maria de Vilobos porque considera que este préstamo foi efectuado em seu prejuízo, sendo gravemente lesado porque Lopo Fernandes e D. Maria receberam durante muitos anos as rendas e pensões dos referidos bens que valiam mil libras em cada ano. O mosteiro pedia aos ouvidores e juizes régios que julgassem os ditos contratos de doação por nulos⁵⁰. Assim localiza-se em Santarém e seus termos, por um lado, a maior mancha de bens detidos por Lopo Fernandes e, por outro, foi esta cidade local de paragem deste senhor, que variadas vezes estanciou nos paços que detinha na urbe escalabitana⁵¹. Maria Ângela Beirante refere que Santarém era local de residência de homens que exerciam cargos na corte⁵². Para a escolha desta região muito deve ter contribuído não só uma possível associação preferencial ao ambiente urbano, mas também duas qualidades naturais reunidas pela urbe escalabitana: por um lado, os solos férteis em seu redor e, por outro, as suas vias de comunicação, quer terrestres, quer fluviais que permitiam facilidades de deslocação⁵³. Os bens urbanos localizavam-se, essencialmente, dentro das muralhas nos mais variados sítios, mas sempre em zonas de grande importância. Refiram-se, umas casas junto à Porta da Inveja⁵⁴, (não será demais salientar que é pelas portas que a vila se encontra em contacto com o restante mundo, pois é, por estas que entram novas pessoas na cidade ou que dela saem). Mencionem-se outras casas na Alcáçova Velha⁵⁵, onde se encontrava, até D. Afonso III (1248-1279), o Paço Real que, para além de residência dos monarcas, funcionava como centro da política e da

⁴⁸ Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ª inc., m.11, n.º251.

⁴⁹ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, n.º7 e m.48, Alm.34, m.9, n.º16.

⁵⁰ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, Alm.33, n.º15, m.7.

⁵¹ IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo, m.42, n.º861; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, n.º10.

⁵² M. Â. Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, 1980, p.198.

⁵³ Sobre veja-se, M. Â. Beirante, *op. cit.*; M. Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, Cascais, Patrimónia, 1998; e *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Ponta Delgada, 2003 (dissertação de doutoramento policopiada).

⁵⁴ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, Alm.33, n.º15, m.7.

⁵⁵ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, n.º7 e m.48, Alm.34, m.9, n.º16.

administração do reino. No entanto, o *Bolonhês* mudou este paço para um outro local junto à porta de Leiria, denominado, por antonímia, de Alcáçova Nova. Apesar da Alcáçova Velha ter perdido, no século XIV, muita da sua vitalidade não deixa de ser o bastião do poder régio naquela cidade, assim como local de residência de muitos indivíduos pertencentes à nobreza, mas também o sítio onde os mestres das ordens de Cristo e Avis possuíam os seus paços⁵⁶. A posse deste tipo de bens no centro da urbe escalabitana vem demonstrar, uma vez mais, a estrita proximidade de Lopo Fernandes com o poder real e com a própria pessoa do rei [QUADRO II].

DATA	TIPO DE BENS	LOCALIZAÇÃO	FORMAS DE AQUISIÇÃO / ALIENAÇÃO	FONTES
?	Vinha	termo de Alesquer	Dá em escambo	IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobça, 2 ^a inc, m. 11, n.º 251
	uma horta	Alesquer		
?	Parte e o dentro do casal	Pedra Longa, em Belas	Recebe em escambo	IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobça, 2 ^a inc, m. 11, n.º 251
	Casal	Idanha, Belas, Sintas		
	Parte e dentro que há no casal	Ventoso, Belas, Termo de Lisboa		
1328-05-15	Herdade e vinhas	termo de Lisboa	Dá em escambo	IAN/TT, Gov. 21, m. 10, n.º 1
1328-05-15	Uma quantia e casais	Belas, Sintas	Recebe em escambo	IAN/TT, Gov. 21, m. 10, n.º 1
1330-03-29	Morgado	Ferreira de Aves, Sítio	Doação régia	ADF, Caja 1, n.º 1, pp. 903-981 (trans. P. A. Franco Silva, Los Pacheco, p. 977-979)
1332-02-24	Quantia	Dois igrejais, Ferreira de Aves, Sítio	Compra	IAN/TT, CCB, Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, m. 1, n.º 33
1334-01-27	Quantia	Margem de Arede, termo de Alesquer	Compra	IAN/TT, Mosteiro de Santos o Novo de Lisboa, m. 77, n.º 1542
1365-04-03	um dñlo	aquém do Ribeiro de Marçães	Recebe em préstamo	TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m. 17, Alm. 33, n.º 15, m. 7
	um herdamento	Murtugue		
	casais	A par da Porta da Inveja, Santarém		
	Casais	Beco na Atafora, S. Nicolau, Santarém		
	Casais	Quantal das Donas, S. Nicolau, Santarém		
	Casais	Rua da Tripiana na Ribeira, Santarém		
	Casais	A par da Rua da Tripiana		
	?	Malaqueto, S. João da Ribeira, Rio Maior		
	6 casais	Calham, Azambuja, Rio Maior		
	18 haúas de herdade	a par de Santa Maria de Valada, N. 3 ^a da Expectação, Cartaxo		
	10 haúas de herdade	Capa Rota, Achete, Santarém		
	18 haúas de herdade	juiz em a par Maje		
	18 haúas de herdade	Morcan		
	Cóval	A par dos paços do bazo de Lisboa, Santarém		
	1 monte	Vale Covo, Motaricas, Abrantes e a Oesteira		
	1 monte	Vale das Fegas		
	1 monte	Vale de Osoa, S. Salvador, Santarém		
1 herdade de pto	Vale de Osoa, S. Salvador, Santarém			
?	Ribeira de Calham			
1335-06-09	Herdamento	Pereira, Chouto, Chamusca	Recebe em préstamo	IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2 ^a inc, m. 17, n.º 7, m. 48, Alm. 34, m. 9, n.º 16
	Herdamento	Morcan, termo de Santarém		
	Cóval e pardo	Além do rego de Marçães, termo de Santarém		
	Herdamento	Morçães, Parte com Alquecinho		
	Herdamento	Morçães		
	Quantia, com suas casais, vinhas, hortas, campos	Almolda		
	35 haúas de herdade	Toze, no lugar de Resquerado		
	Herdamentos, com suas vinhas, casais e suas pertinças	Espargal		
	Vinhas com a herdade toda	Valada, N. 3 ^a da Expectação, Cartaxo		
	Casal	Mata, S. Vicente do Paul, Santarém		
	Lezíria	Do Tijo		
	Cóval, vinhas e herdades	Murtugue		
	O lugar que			
Casais	R. de S. Domingos, Santarém			

[Quadro II – BENS DETIDOS POR LOPO FERNANDES PACHECO]

⁵⁶ M. A. Beirante, *op. cit.*, p.59-67; R. C. Gomes, *op.cit.*, p.262; J. Mattoso, “Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média”, *Obras completas*, vol. 8 – *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lisboa, 2002, pp.211-212.

Numa sociedade em que uma importante parte da riqueza reside ainda na propriedade do solo, encontramos em redor da cidade, no termo de Santarém⁵⁷, esta nobreza de fidalgos próximos do monarca a deter outro tipo de bens. Assim, Lopo Fernandes detem desde olivais, a vinhas e herdades de pão⁵⁸. Os campos férteis de Santarém são propícios à produção destes três elementos básicos da alimentação medieval: azeite, vinho e cereais. Ainda fora da malha urbana a atracção pelo rio – essa via privilegiada de ligação a Lisboa – levou Lopo Fernandes a possuir casas na importante zona da Ribeira [MAPA I], mas também a deter bens de raiz na zona do Rego de Manços⁵⁹, caracterizada por uma vasta e intensa policultura, responsável por um significativo abastecimento da cidade⁶⁰.

No termo de Santarém Lopo Fernandes comprou bens na região de Tomar⁶¹, que mais tarde veio a empraçar, talvez devido ao seu relativo afastamento da mancha principal das suas propriedades⁶². É nítido o objectivo de implantação na região de Santarém porque, além do mais, foi em Vale da Talha que usurpou herdades ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra⁶³.

Devido ao facto deste senhor ter desempenhado funções de serviço na corte e na própria casa da rainha, terá acompanhado frequentemente os monarcas, passando, por isso, longas temporadas em Lisboa. Assim, se entende melhor, a pequena mancha de bens que também detinha nas localidades do termo olisiponense⁶⁴.

Durante a Idade Média era prática comum entre os nobres escolherem o espaço funerário. Lopo Fernandes escolheu como local para ser sepultado e perpetuar a sua memória a Sé

⁵⁷ “O termo é, para começar, suporte de uma comunidade humana, em cujo seio os homens circulavam e se fixam” (L. A. da Fonseca, “Lisboa medieval e o seu termo” *Lisboa subterrânea*, Raffaella d’Intino (coord.), Lisboa/Milão, 1994, p. 90).

⁵⁸ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, Alm.33, n.º15, m.7.

⁵⁹ “Este topónimo que, no seu sentido restrito, parece particularizar exclusivamente a depressão ou vale por detrás dos Paços do Bispo de Lisboa, num sentido mais lato, aplica-se a uma vasta zona (...) que engloba as Manteigas, Fontainhas, Valbom, Poços e Pé-de-Aranha, já perto de Santa Maria do Monte” (in M. A. Beirante, *op. cit.*, p.158).

⁶⁰ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, Alm.33, n.º15, m.7; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., m.17, n.º7 e m.48, Alm.34, m.9, n.º16.

⁶¹ IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc, m.48, Alm.34, m.9, n.º28.

⁶² IAN/TT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc, m.17, Pasta 9, n.º9 e Alm.33, m.1, n.º1.

⁶³ IAN/TT, Mosteiro Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc, m.48, Alm.34, m.9, n.º30.

⁶⁴ IAN/TT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ª inc., m.11, n.º25; *Gav.*21, m.10, n.º1. O rei D. Pedro após o confisco dos bens que fez a Diogo Fernandes Pacheco, filho de Lopo Fernandes, apossou-se dos bens que este senhor possuía em Belas e mandou aí edificar os paços régios (R. C. Gomes, *op. cit.*, pp.267-268).

Catedral de Lisboa, o mesmo escolhido pelo *Bravo*⁶⁵. De referir, que o enterramento de D. Afonso IV e de D. Beatriz, sua mulher, na Sé de Lisboa constituiu uma excepção aos locais escolhidos tanto pelos seus antecessores como pelos seus sucessores⁶⁶. Foi, assim, junto do monarca, que este “privado” régio pretendeu repousar eternamente. Julgamos que esta escolha não é desprovida de significado. Lopo Fernandes procurou, assim, manter *post-mortem* a sua proximidade face à pessoa que mais marcou o seu quotidiano; ao escolher sepultura no mesmo edifício da catedral de Lisboa, na capela de S. Cosme e S. Damião, mantinha, para a eternidade, a sua proximidade face a D. Afonso IV. O sarcófago com jazente de Lopo Fernandes [FIGURA I] foi produzido no atelier de escultores de Lisboa e, é considerado por Pedro Dias como a mais bela obra da Sé de Lisboa⁶⁷. Neste encontram-se esculpidas de modo ostentatório a heráldica da sua linhagem⁶⁸. Durante a

⁶⁵ A procura desta proximidade para além da morte foi já referida por B. V. e Sousa, *As relações entre Afonso IV de Portugal (...)*, p.8. Este mesmo edifício foi, também, local de acolhimento dos túmulos e lápides sepulcrais de D. Grácia Fróis, mãe de D. Pedro Afonso, terceiro conde de Barcelos, de D. Maria de Vilalobos, segunda mulher de Lopo Fernandes Pacheco, de uma infanta portuguesa, de D. Margarida Albernaz, de uma dama desconhecida, de Bartolomeu Joanes, de bispos e elementos do cabido (C. V. Fernandes, *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, 2001, pp. 24-25).

⁶⁶ Todos os reis da primeira dinastia escolheram como lugar de sepultura um santuário da sua devoção pessoal: Afonso Henriques (1143-1185) e Sancho I (1185-1211) o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, para Afonso II (1211-1223), Afonso III e D. Pedro (1357-1367) a abadia de Alcobaça, para D. Dinis o mosteiro de Odivelas, para D. Fernando (1367-1383) os franciscanos de Santarém, para D. João I (1385-1433) os dominicanos de Santa Maria da Vitória. Porém, D. Afonso IV quebrou esta tradição colectiva de eleger um mosteiro ou um convento como local de sepultura “*indicando assim que prefere uma vinculação por assim dizer institucional a uma autoridade religiosa que não representa Deus pelos mesmos critérios, mas pela legitimidade do poder sacramental*” (J. Mattoso, “O poder e a morte”, *Poderes Invisíveis. O imaginário medieval*, Lisboa, 2001, pp. 85-90).

⁶⁷ P. Dias, “A escultura gótica. Primeiras manifestações em Portugal”, *História da Arte em Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1986, p. 124.

⁶⁸ Nestas linhas procuramos, somente, apresentar de forma muito sumária algumas considerações sobre o túmulo onde se encontra sepultado Lopo Fernandes. Para um conhecimento mais aprofundado vejam-se os estudos dos especialistas que se têm debruçado exaustivamente sobre este assunto, assim como, a bibliografia aí citada pelos vários autores: F. de São Luis, “Archeologia portuguesa. A Sé de Lisboa. Memória do cônego Luís Duarte Vilella da Silva emendada e anotada por Sua Eminência o Cardeal Patriarca D. Francisco de S. Luíz” in *Revista universal lisbonense*, XIII, 18, 1857; J. P. Ribeiro, “Dissertação XV. Sobre a Paleografia de Portugal” in *Dissertações chronologicas e criticas ...*, vol. IV, 2ª ed., Lisboa, 1867, pp. 81-236; G. Pereira, “Dois túmulos na sé de Lisboa” in *Arte portuguesa*, Ano I, Lisboa, 1895, pp.14-16; G. de M. Sequeira, e N. de Brito, *Sé de Lisboa. Estudo histórico-arqueológico e artístico*, col. “Monumentos de Portugal”, 8, Porto, 1930; J. Castilho, *Lisboa Antiga*. IIª parte – *Os bairros orientaes*, vol. V, 2ª ed., Lisboa 1934-1938; J. M. C. de Sousa, *Inscrições portuguesas de Lisboa (séculos XII a XIX)*, Lisboa, 1940; *Idem*, *Contribuições para uma ementa dos jacentes portugueses*, Lisboa, 1946; *Idem*, *Os jacentes da Sé de Lisboa e a sua indumentária*, Lisboa, 1951; *Idem*, “A data da deposição do cadáver de Lopo Fernandes Pacheco no túmulo da Sé” in *O arqueólogo português*, Nova série (2ª), III, Lisboa, 1956, pp. 125-127; *Idem*, *Inscrições sepulcrais da Sé de Lisboa*, 3ª ed., n.ºXV, Lisboa, 1982, pp. 9-41; R. dos Santos, *A escultura em Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1948; *Documentos para a História da cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos brasões. Livro dos bens próprios do reis e rainhas*, Lisboa, 1954; A. E. M. Zuquete (coord. de), *Armorial*

Idade Média assiste-se a uma busca pelo não esquecimento da vida e dos feitos, sentimento que se materializava no avolumar, por um lado, de encomendas de túmulos e, por outro, com representações escultóricas dos defuntos, por vezes, acompanhados de elementos distintivos da sua individualidade. Assim, nesta capela encontra-se, ainda hoje, embutida na parede, coroando o monumento funerário, uma lápide na qual se registam os mais relevantes feitos desta importante personagem [FIGURA II]⁶⁹. A lápide encontra-se ladeada por duas bandas verticais onde se esculpíram, em cada lado, dois brasões de espigão, suspensos por cadeados de pregos, onde se podem divisar as Armas dos Pachecos: uma caldeira veirada com asa rematada em cabeça de serpente [FIGURA III]. Durante a Idade Média a Capela de S. Cosme e de S. Damião era encerrada por uma grade de ferro forjado⁷⁰ talvez para proteger a referida rosa de ouro, oferta do Papa a Lopo Fernandes, colocada no Altar desta Capela da charola da Sé.

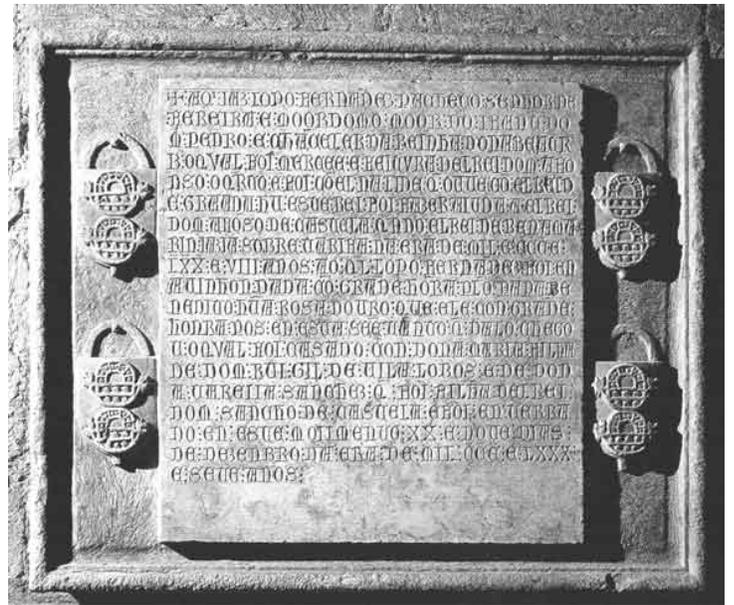
Lusitano, Lisboa, 1961; A. B. Freire, *Brasões da sala de Sintra*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, 1973; V. Correia, *Três túmulos*, 2ª ed., *Obras*, vol. V, Coimbra, 1978, pp. 105-232; L. G. de L. e Távora, *A heráldica medieval (...)*; P. Dias, “A escultura gótica. (...)”; *Idem*, “O gótico” in *História da Arte em Portugal*, vol. 4, Lisboa, 1986; F. E. R. Ferreira, “Busto do presumível canteiro do túmulo de Lopo Fernandes Pacheco” in *Olisipo. Boletim do grupo “Amigos de Lisboa”*, 2ª série, 7, 1998; M. J. Barroca, *Aux confins du Moyen Age*, Catálogo da Exposição, Europália-91, Gand, 1991; *Idem*, *Pera Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*, (Catálogo de Exposição), Palmela, 2000; *Idem*, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Lisboa, 2000; C. V. Fernandes, *Memórias de Pedra (...)*.

⁶⁹ “+ : AQ(u)I : IAZ : LOPO : FERNAnDEZ : PACHECO : SENHOR : DE / : FER(r)EIRA : E : MOORDOMO : MOOR : DO : I(n)FANTE : DO / M : PEDRO : E CHANCELER : DA : REINHA : DONA : BEATR / IZ : O QUAL : FOI : MERCEE : E : FEITURA : DELREI : DOM : AFO / NSO : O QUARTO : E : FOI : CoN EL : NA : LIDE : Que : (h)OUVE : Com : ELREI : D / E : GRA(n)ADA : HU : ESTE : REI : FOI : FAZER : AIUDA : A : ELREI : /DOM : AFONSO : DE : CASTELA : QUANDO : ELREI : DE : BENAMA /RIN : IAZIA : SOBRE : TARIFA : NA : ERA : DE : MIL : E : C^a C^a C^a : E : /L^a X^a X^a : E : VIII : ANOS : AO : Qual : LOPO : FERNAnDEZ : FOI : EN / AVINHON : : DADA : COⁿ : GRAnDE : HOnRA : PeLO : PAPA : BE / NEDITO : HU^mA : ROSA : DOURO : QUE : ELE : CON : GRAnDE : / HONRA : POS : EN : ESTA : SEE : TANTO : Que : DALO : CHEGO / U : O QUAL : FOI : CASADO : CON : DONA : MARIA : FILHA / DE : DOM : RUI : GIL : DE : VILA : LOBOS : E : DE : DON /A : TAREIIA : SANCHEZ : Que : FOI : FILHA : DELREI : / DOM : SANCHO : DE : CASTELA : E FOI : EN : TERRA / DO : EN : ESTE : MOIIMENTO : XX : E : NOVE : DIAS : / DE : DEZENBRO : DA : ERA : DE : MIL : C^a C^a C^a : E : LXXX : / E : SETE : ANOS : (transcrito em M. BARROCA, *Epigrafia medieval (...)*, vol. 2/T. II, p. 1699).

⁷⁰ Esta grade foi originalmente dourada, subsistindo ainda vestígios desse acabamento (veja-se M. Barroca, *Epigrafia medieval (...)*, p. 1706, assim como, a bibliografia aí citada.



[Figura III – Túmulo de Lopo Fernandes Pacheco. Século XIV. Capela de S. Cosme e S. Damião. (in *Memória de Portugal. O milénio português*, coord. geral R. CARNEIRO, e coord. científica A. T. de MATOS, Lisboa, 2001, p. 175)]



[Figura II – Epitáfio funerário de Lopo Fernandes Pacheco. Século XIV. Capela de S. Cosme e S. Damião. (in C. V. FERNANDES, *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, 2001, p. 44. transcrição na nota supra n.º69)]



[Figura I – Promenor das armas dos Pachecos (in *Memória de Portugal (...)*, p.175)]

A trajectória de Lopo Fernandes Pacheco permite-nos percebermos como através dos estreitos laços de vassalagem com o monarca, um membro da pequena nobreza local ascende na hierarquia nobiliárquica tornando-se, deste modo, no fidalgo português mais importante da sua época, fazendo ressaltar a respectiva linhagem, que assim se vê alcandorada a uma posição de superioridade face às restantes. De facto, a aproximação à corte e a privança com a própria pessoa do rei, assim como a protecção real foram, particularmente, propícias para a ascensão de Lopo Fernandes. Para além da sua indubitável força política, é também notória a sua considerável base patrimonial, revelando-se um administrador atento e cuidadoso dos seus bens. Assim, para além de um património extenso, este senhor alcançou uma posição privilegiada na rede do poder central, a qual procurou, incessantemente, consolidar. Este é um bom exemplo de que certos êxitos individuais marcam a trajectória de uma linhagem. Trajectória essa que seria interrompida por seu filho, Diogo Lopes Pacheco, um dos assassinos de Inês de Castro.